

Uma genealogia do presente da formação do psicólogo brasileiro: contribuições foucaultianas*

As condições políticas são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. A própria verdade tem uma história. (Foucault)

A formação em Psicologia no Brasil vem passando por grandes mudanças desde o final da década de 70, na esteira das transformações sociais e políticas, período da abertura democrática. O modelo prevalente de atuação e formação em Psicologia, baseado na atuação clínica de cunho liberal e privado e numa formação teórica e conceitual estrangeira sem contextualização, entrou definitivamente em crise. Um conjunto de acontecimentos, dentre os quais se destacaram os movimentos sociais da segunda metade da década de 70, colocaram em xeque não somente a organização política do Estado, mas também os modos de subjetivação, os modos de ver, sentir, pensar e desejar dos brasileiros, acarretando inevitáveis repercussões no campo da Psicologia como ciência e profissão. O antigo modelo de clínica liberal e privada deu lugar a uma pluralidade de modos de intervenção, em geral vinculados a órgãos públicos e organizações não governamentais, que têm sido denominados “práticas emergentes”. Na verdade, sob uma mesma denominação, diferentes práticas de trabalho, portadoras de éticas diferenciadas, têm sido niveladas sob a égide do “novo”. No entanto, faz-se necessária uma maior discriminação entre o simples ecletismo técnico flexibilizado e as propostas mais radicalmente construtivistas, portadoras de um rigor ético, político e estético.

Passadas duas décadas, nova onda de mudanças, catalisada pelos procedimentos de avaliação do Ministério da Educação e a elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Psicologia, trouxe novamente à tona questões que envolvem a formação do psicólogo brasileiro. Sob o signo da urgência, tem sido exigida a reformulação dos currículos universitários

* Autor: João Leite Ferreira Neto; Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suely Belinha Rolnik – Programa de Estudos de Pós-graduação de Psicologia Clínica – PUC-SP.

a partir das propostas da comissão de especialistas designados pelo Ministério. Uma resposta direta às exigências impostas num regime de curto prazo pode obscurecer a colocação dos verdadeiros problemas e perigos no contexto da formação.

Durante os últimos vinte anos, avanços foram obtidos no que tange, entre outras coisas, à recusa da antiga pretensão de extraterritorialidade social reivindicada pelas práticas “psi”, bem como à crítica da importação não elaborada de modelos teórico-técnicos estranhos à nossa realidade. O contato dos psicólogos brasileiros com as diversas classes sociais, iniciado no início da década de 80 (com destaque para o movimento de saúde mental na saúde pública), passou a exigir certa escuta da questão social. O “social” entrou em cena, ainda que, prevalentemente, indexado à noção de pobreza. A Psicologia no Brasil passou a reconhecer a importância tanto do contexto social, quanto do debate em torno da ética, no campo da atuação e da formação.

Contudo, o objetivo presente é atender à diretriz foucaultiana de determinar o perigo que assombra nossa atualidade, no domínio “psi”. Os perigos apontados nas lutas de 20 anos atrás não são os mesmos; vários foram superados e novos se apresentam. Com destaque para a força com que o mercado, agora mundializado, recaptura as práticas emergentes para seu serviço técnico e induz a formação numa direção tecnicista e esvaziada de potência crítica. Experimentamos hoje a imanência do mercado na sociedade e, em particular, no domínio da formação. As atuais propostas de avaliação dos cursos estabelecidas pelo Ministério da Educação devem ser lidas e entendidas à luz desses processos. Sua compreensão, aliada à análise dos modos contemporâneos de subjetivação, é pré-requisito tanto para a avaliação de seus perigos quanto para a construção de alternativas ético-políticas.

A obra de Michel Foucault, em sua abordagem arqueogenealógica, serviu como base teórica e conceitual desta pesquisa. Noções como genealogia, diagnóstico do presente, biopolíticas e a importância da problematização ético-política do trabalho se mostraram ferramentas fecundas nesta investigação. Além disso, busquei no autor elementos para uma compreensão da subjetividade tomada como acontecimento histórico e um contorno metodológico da pesquisa numa perspectiva genealógica, ou seja, que não se contenta com a pura descrição de um estado de coisas ou se apresenta em nome de uma suposta neutralidade, mas afirma a dimensão ético-política da investigação, entendendo ser ela mesma um instrumento de luta. Foucault rompe com a idéia de uma predeterminação necessária, para efetuar uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível, buscando expor no que é apresentado como universal, necessário, obrigatório, a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias.